

**José Reis**

(Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais)

## Dois “consensos” não são um consenso

Assistimos nesta conferência a considerações muito importantes sobre três temas interrelacionados e que quero sublinhar: turismo, mobilidade e cidades.

Quando se trata do turismo e do seu lugar na economia, já concluímos que há duas narrativas sólidas e coerentes. São duas narrativas que apontam para dois “consensos”. Mas que podemos nós fazer com dois “consensos”, se só um é verdadeiramente operacional e permite fazer caminho? É nesta altura que é preciso deliberar, escolher. E tenhamos em conta que a deliberação é um momento essencial de economia política.

De uma perspetiva de economia política também faz parte compreendermos a história, a geografia, isto é, os contextos que, neste caso, são temporais e espaciais. Por isso, dedico duas palavras às cidades e à mobilidade. As cidades tornaram-se há muito lugares essenciais de vida porque organizam a vida coletiva, geram espaço público e aglomeram um conjunto diverso de recursos. São, por natureza, multidimensionais e multi-escalares. Não são apenas aglomerações de pessoas. São também lugares de economia, de criação de valor, de inter-relações e de consolidação de capacidades próprias (delas e dos países de que são parte). Quando as cidades são “monoculturais” e quando se descentram de si mesmas, ficando desequilibradamente dependentes do exterior, definham e empobrecem. Neste caso, as inter-relações aprofundam a estagnação e o deslaçamento, mais do que a criação. É isso que, em grande medida, está hoje a acontecer em cidades onde o turismo se tornou um elemento demasiado central e assumiu uma lógica extrativa (este é um ponto a não esquecer).

Para falarmos de mobilidade importa referir a sobre-mobilidade. É dela que muitas cidades são vítimas através do turismo, pois é ele que viabilizada a extratividade. É possível acelerarmos ainda mais a deslocação desenfreada de pessoas e recursos? Não é, certamente! Quando se passou do “*grand tour*” das classes privilegiadas para a generalização do acesso ao lazer e ao turismo, isso foi uma grande conquista social. Sem dúvida! A larga maioria dos que estamos nesta conferência somos certamente grandes beneficiários disso e alguns percebemo-lo no decurso das nossas próprias vidas, singularmente consideradas. Mas quanto de conquista social não haverá também num turismo em que a longa distância seja a exceção exemplar e o cultivo da proximidade a regra tranquila? Um turismo que não submeta e fixe muitos (os que o servem) para assegurar a mobilidade efémera de muitos mais (os que o gozam).

Falei, a propósito do turismo, acima, de duas narrativas sólidas e dos “consensos” que cada uma gera. Parece-me importante afirmar que, não sendo os dois “consensos” realizáveis em simultâneo. Das duas uma, ou o dilema se resolve através de um ponto de equilíbrio que só é possível através da regressão do que é excessivo e da ampliação do que está contraído, ou estamos numa situação de conflitualidade. Não vale a pena insistir em compatibilidades que, afinal, são baseadas no desequilíbrio e na injustiça. Essa visão parece-me infundada, ilude o problema. Merece-me uma divergência frontal. A conflitualidade que o turismo gera é social, é sobre o uso de recursos, é sobre o desenvolvimento económico e é sobre a vida das cidades.

Como as cidades são meios poderosos, que aguentam muito, ainda “só” vemos bem o lado excessivo do ambiente no centro das cidades, a especulação imobiliária, o uso faminto dos empregados “de servir”, a gentrificação ou o problema habitacional. Ainda não vemos nas cidades a ocupação exclusiva do espaço, a vedação dos acessos, a delapidação dos recursos naturais, a mono-exibição de uma única classe social. Isso vemo-lo à beira mar, nos *resorts* de luxo cujo nome conhecemos. Uma exibição que um amigo meu chama, com justiça, “pornorriquismo”. Obtida com grande angular, esta é a imagem em que temos de nos deter para tirar ilações. E compreender o que as políticas públicas tem de assegurar.

Mas o essencial da questão do sobre-turismo não está nele mesmo. Está no rearranjo que o seu peso desencadeia no conjunto da economia e da sociedade – nas desproporções que gera, nos efeitos negativos de arrastamento que desencadeia, no conjunto disforme que passa a existir. O turismo é um setor de produtividade inferior à média e puxa a média para baixo. A maioria das atividades que lhe são similares também.

Em Portugal  $\frac{3}{4}$  do emprego está hoje em atividades com produtividade inferior à média. Um número impressionante! Não era assim há relativamente pouco tempo. A culpa não é (só) do turismo. É de um modelo de desenvolvimento em que as atividades geradoras de inovação qualificada e de elevada criação de valor são apenas pontuais. E em que, na ausência de políticas ativas de qualificação produtiva e de um sistema de emprego devidamente estruturado, se incentiva de diversos modos o que é mais simplista e imediatista. É nestas circunstâncias que se torna urgente uma forma de economia política que, seletivamente, delibere no sentido da qualificação económica e não do desleixo. Sabendo-se que “o que vai para alhos não vai para bugalhos”. A questão é simples: queremos manter o perfil de especialização (é assim que os economistas, no seu linguajar, designam o modo como afetamos trabalho e capital às diferentes atividades económicas, isto é, aos usos alternativos que deles podemos ter)? Ou queremos mudá-lo? É isto que nos obriga a deliberar sobre o caminho que queremos, em vez de apenas observar os caminhos já percorridos.

É por tudo isto que precisamos alargar a agenda da discussão. Incluir novos pontos na agenda. Discutir a reindustrialização, o desenvolvimento de atividades produtivas de bens, e não apenas a corrida desenfreada aos serviços. Garantir a provisão pública nas cidades.

Tenho insistido numa frase simples: Portugal é uma periferia europeia. E é-o porque tem desequilíbrios fundamentais no mercado do trabalho (veja-se a emigração e a imigração), no sistema produtivo (o elevado défice da balança de bens é crónico) e no financiamento da economia (endividamento externo). É por causa destes desequilíbrios que é dependente e é pelas duas coisas que é uma periferia. O que está em causa é saber se nos queremos confrontar com esta condição periférica para a superar ou se a agravamos e aprofundamos. Parece-me que é por aqui que passam as opções que temos pela frente. Temos estado, até agora, a salvaguardar e a promover o bem-comum? Parece-me que não. Sugiro que, para discussões sobre o futuro, o referencial seja este: o bem-comum.